

Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)*

de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite

A ousadia feminista de falar

Feminist audacity in speaking

por Maíra Kubík**

Aborto, discriminação no trabalho, violência, prostituição, racismo. Antes em papel e hoje na internet, a imprensa feminista debate as mesmas pautas há pelo menos 40 anos. A conclusão é das autoras do livro *Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)*, Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite. Para elas, a diferença é que no início dos anos 1970, em plena ditadura civil-militar, o “feminismo era mais ousado e criativo” e atualmente, “sua característica principal é a persistência em exigir a visibilidade política para as questões das mulheres, reivindicando igualdade de direitos, transformações sociais, econômicas e políticas”.

É do “feminismo mais ousado e criativo” que sai o objeto de pesquisa de Teles e Leite: o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, dois jornais que funcionaram entre 1975 e 1980. Em um relato pessoal – ambas as autoras integravam a equipe do *Brasil Mulher* –, refazem a trajetória dos dois veículos que, com uma perspectiva de esquerda, contribuíram para a reorganização dos movimentos

* São Paulo: Intermeios, 2013, p. 295.

** Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp, bolsista Capes (modalidade Sanduíche) em estágio na Université de Paris 7, Paris, França. End. eletrônico: mairakubik@gmail.com

populares após a Guerrilha do Araguaia, em especial os movimentos de mulheres e feminista. O ponto de partida é a tese de doutorado de Rosalina Santa Cruz, defendida na PUC-SP sob orientação de Heleieth Saffioti, *A imprensa feminista no pós-luta-armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*, e o livro de Amelinha Teles, *Breve história do feminismo no Brasil* (Editora Brasiliense).

Com extensa pesquisa no acervo das publicações, o livro traz as capas dos jornais e análises contextualizadas de cada edição, 20 do *BM*, três delas especiais, e 8 do *Nós Mulheres*. Santa Cruz e Teles destacam os principais assuntos tratados pelo *BM* e o *Nós Mulheres*, que nos dão o tom da preocupação de aliar a conjuntura de enfrentamento à ditadura civil militar ao debate feminista e de mulheres: 1) a luta pela anistia às/aos presas/os e perseguidas/os políticas/os – o Brasil Mulher tem entre suas fundadoras Terezinha Zerbini, líder do Movimento Feminino pela Anistia; 2) o aumento do custo de vida, a inflação e a ausência de equipamentos públicos, em especial de creches, assuntos frequentes nas redes de mulheres e clubes de mães que se formavam nos meios populares; 3) as articulações das mulheres trabalhadoras, como as costureiras e as metalúrgicas, em especial o Congresso de Metalúrgicas, realizado em São Bernardo em 1978, somando-se à ebulição na região, tomada pelas greves do ABC; 4) denúncias contra os programas de controle de natalidade em larga escala implementados pelo governo, ao mesmo tempo em que se discutia o impacto da pílula anticoncepcional na saúde; 5) as estudantes queimadas na invasão da PUC-SP em 1977, criticadas por Erasmo Dias por usarem “calcinhas e sutiãs de náilon” em uma manifestação “ilegal”; e 6) a reivindicação de uma Constituinte livre e soberana; 7) o racismo como opressão; dentre outros.

Se dependesse exclusivamente das pautas e do público-alvo, avaliam as autoras, o *BM* e o *Nós Mulheres* até poderiam ser o mesmo jornal. No entanto – e essa é uma das riquezas desse trabalho – os bastidores contam outras histórias, que talvez só pudessem ser resgatadas por aquelas que as vivenciaram. Enquanto o *BM* reunia a esquerda que permaneceu no Brasil e era recém egressa das prisões, o *Nós Mulheres* – apresentado a partir da perspectiva de quem produzia o *BM* – é visto como de esquerda, mas mais vinculado a exiladas que puderam retornar antes da Anistia. As divergências, que partiam das vivências de cada uma, se traduziam em posicionamentos nos editoriais: no número zero, o *BM* se apresentava como um jornal pela equidade. Rachel Moreno conta que esse foi o estopim para publicar o *Nós Mulheres*, que já estava em gestação: “A gente viu o jornal, e o que nós fazemos com isso? Abri e o editorial tinha assim: Este não é um jornal feminista! Bom a gente fechou e disse: não, nós temos que lançar um jornal feminista que se assuma enquanto tal” (p. 84).

Como observa a socióloga francesa Colette Guillaumin, as mulheres só se tornaram objeto de pesquisa depois que se tornaram sujeitos históricos (1992: 236). À época, a “questão da mulher” era vista pelas organizações de esquerda como algo menor e, por vezes, como um desvio ao enfrentamento principal, o de classes, como se as duas opressões não estivessem definitivamente entrelaçadas. Muitas das participantes tinham dupla militância e precisaram provar que poderiam participar de um jornal enquanto mantinham outras tarefas.

As publicações, porém, acabaram ganhando espaço e despertaram o interesse. Algumas edições especiais do *BM* chegaram a ter 10 mil exemplares, cifra bastante significativa, que se sustentava apenas com a colaboração de suas redatoras e do público leitor.

Havia ainda a excepcionalidade da escolha de tomar para si a palavras. As mulheres são, historicamente, alijadas também dos meios de comunicação, mesmo da dita “imprensa alternativa” – basta lembrar que a redação de um deles, o que mais destacou-se, era conhecida por “os meninos do *Pasquim*”.

O livro é, nesse sentido, o resultado inevitável do protagonismo dos feminismos brasileiros.

Bibliografia

GUILLAUMIN, Colette (1992). Femmes et théories de la société. In: *Sexe, race et pratique du pouvoir*. Paris: Côte-Femmes.